

6 con - Brasil

# Crescimento e justiça social

Mais uma vez a expectativa de crescimento insuficiente da economia é contornada pelo desempenho do setor agropecuário, que deverá repetir o recorde do ano passado, com produção em torno de 65 milhões de toneladas de grãos. O espantalho da recessão também é abandonado ao largo, mas só por enquanto, em face das marcas crescentes da exportação de produtos industrializados. Estimam os técnicos da área econômico-financeira que, apesar de tudo, o Produto Interno Bruto deverá crescer, este ano, em torno de quatro por cento.

A sustentação do PIB em faixa de expansão forçada pelos agregados econômicos do setor primário e em função dos acréscimos nas exportações não é adequada a um sistema de mercado. Diga-se, de saída, que as atividades agrícolas e pastoris absorvem escassas quantidades de mão-de-obra, ao tempo em que o aumento das exportações de produtos industrializados, com predominância absoluta dos automóveis, realiza-se pela dinamização de espaços ociosos das empresas.

Se o crescimento da economia processar-se nesses termos, a elevação do PIB em quatro por cento não terá quantificação social adequada às necessidades nacionais. A oferta de empregos ficará dramaticamente abaixo das pressões sobre o mercado de trabalho, para o qual acorrem, anualmente, cerca de 2,5 milhões de jovens habilitados às atividades economicamente ativas.

E isto sem falar nos segmentos formadores das estatísticas sobre desemprego crônico, hoje em torno de três por cento da força de trabalho, pelos menos em São Paulo, maior centro industrial e comercial do País.

Outro dado preocupante é que o desempenho econômico em semelhantes bases, ou seja, sem acrescentar disponibilidades significativas nos recursos gerados pelo trabalho assalariado, enseja maior ênfase na concentração da renda. Em consequência, amplia-se a desigualdade na participação social sobre o aumento da riqueza, do mesmo modo que declina o mercado interno de consumo. A demanda reprimida por efeito da má distribuição da renda leva irremediavelmente à recessão econômica.

Todas essas considerações formam um conjunto de advertências quanto ao futuro da economia, a curto, médio e longo prazos, numa convocação para imediata tomada de medidas capazes de restabelecer o equilíbrio. Parece bastante óbvio que o Brasil não pode considerar satisfatório um modelo econômico competente até para fomentar alguma expansão, mas intoleravelmente incapaz de ampliar o mercado de trabalho e/ou de aumentar o mercado interno de consumo. Há de haver alternativa que ofereça ao processo de desenvolvimento resultados justos, quanto à participação de todos no enriquecimento, e socialmente quantificáveis.